

---

*Consultoria Pessoa Jurídica para levantamento de dados referentes às comunidades, organizações e empreendimentos comunitários existentes nas Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável apoiadas pelo Programa ARPA, atividades produtivas e infraestrutura disponível*

---

## 1. Antecedentes

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, FUNBIO, é uma associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com atribuição de coordenação técnica e financeira, e está alinhado aos princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Em seu portfólio, o FUNBIO dispõe de diversos projetos na Amazônia brasileira, com destaque para o Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), que apoia a consolidação de 120 Unidades de Conservação (UCs) do bioma. O FUNBIO também desenvolve projetos relacionados ao fomento da sociobioeconomia da região, como o Mecanismo Amazônia Viva e o Programa COPAÍBAS.

Neste contexto, é relevante manter uma base de dados atualizada sobre os temas relacionados aos projetos executados pela instituição. Esta medida é fundamental para ajudar a direcionar os projetos e entender seus impactos diretos e indiretos. Contribui também para o desenvolvimento de iniciativas mais assertivas e eficientes.

## 2. Objetivo:

A consultoria deve propor e aplicar metodologias e ferramentas de levantamento de informações referentes às comunidades existentes nas UCs de Uso Sustentável apoiadas pelo Programa ARPA, considerando também as suas organizações e empreendimentos comunitários e visando subsidiar a implementação das ações de fortalecimento das comunidades beneficiárias das UCs de Uso Sustentável do Programa. Deve ainda aplicar metodologias de avaliação da maturidade organizacional dos empreendimentos e organizações comunitárias, desenvolvidas pelo contratante e/ou parceiros.

### 3. Contextualização:

O ARPA Comunidades é um componente do Programa ARPA que visa apoiar e fortalecer as organizações locais e as comunidades que vivem nas 60 UCs de Uso Sustentável apoiadas pelo ARPA para inserção econômica em bases sustentáveis e para incidência e acesso a políticas e programas públicos e a garantia de direitos, que reduzam atividades ilícitas, a degradação e o desmatamento dentro de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, e melhorem a qualidade de vida e o bem-estar das populações que vivem nessas florestas.

Dados sobre a caracterização geral das comunidades e organizações locais, e suas atividades econômicas, serão utilizados para a definição dos investimentos do ARPA Comunidades e para o monitoramento de seus resultados. Ao mesmo tempo, muitos dados relevantes para essa caracterização são coletados por instituições governamentais e da sociedade civil e poderiam ser úteis para fornecer as informações necessárias ao Programa.

Dessa forma, deverão ser compilados e/ou levantados dados sobre os temas: (i) caracterização das populações residentes nas UCs a serem apoiadas; (ii) maturidade das organizações que representam as comunidades; (iii) produção sustentável e geração de renda nas comunidades e; (iv) acesso à energia e acesso à internet.

Diante dos desafios relacionados à realização de um levantamento de informações num território que considera 60 UCs de uso sustentável em cinco estados da Amazônia, com desafios e particularidades logísticas diversas, se faz necessário que o levantamento consiga fazer uso de canais práticos e eficazes de obtenção da informação, para que assim se possa escalar a obtenção de dados para a expansão do Programa.

A lista de UCs de Uso Sustentável contempladas pelo Programa encontra-se na tabela abaixo:

Código CNUC	Unidade de Conservação	UF
0000.13.0981	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ	AM
0000.13.0982	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARIPUANÃ	AM
0000.13.0983	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARARATI	AM
0000.13.0985	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CUJUBIM	AM
0000.00.0218	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ	PA
0000.13.1573	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA	AM
0000.13.1735	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MATUPIRI	AM
0000.16.0292	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO IRATAPURU	AP
0000.13.1977	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO MADEIRA	AM
0000.13.1730	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO	AM
0000.13.0990	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO UATUMÃ	AM

Código CNUC	Unidade de Conservação	UF
0000.13.1732	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ-AÇU	AM
0000.13.0986	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	AM
0000.13.0987	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU PURUS	AM
0000.13.3182	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PURANGA CONQUISTA	AM
0000.13.0988	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO AMAPÁ	AM
0000.13.0989	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL UACARÍ	AM
0000.00.0285	RESERVA EXTRATIVISTA ARAPIXI	AM
0000.00.0273	RESERVA EXTRATIVISTA ARIÓCA PRUANÃ	PA
0000.00.0220	RESERVA EXTRATIVISTA AUATÍ-PARANÁ	AM
0000.00.0230	RESERVA EXTRATIVISTA BAIXO JURUÁ	AM
0000.00.0221	RESERVA EXTRATIVISTA BARREIRO DAS ANTAS	RO
0000.13.1733	RESERVA EXTRATIVISTA CANUTAMA	AM
0000.13.0991	RESERVA EXTRATIVISTA CATUÁ-IPIXUNA	AM
0000.00.0222	RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	AC
0000.00.0223	RESERVA EXTRATIVISTA CHOCOARÉ-MATO GROSSO	PA
0000.00.0279	RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU	MA
0000.00.0274	RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO TARAUACÁ	AC
0000.00.0232	RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA	AC
0000.13.0992	RESERVA EXTRATIVISTA DO GUARIBA	AM
0000.00.0242	RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE	AM
0000.00.1606	RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO PURÚS	AM
0000.00.0238	RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAUTÁRIO	RO
0000.13.1506	RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO GREGÓRIO	AM
0000.00.0239	RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JUTAI	AM
0000.00.0283	RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO UNINI	AM
0000.51.0463	RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT	MT
0000.00.0241	RESERVA EXTRATIVISTA IPAÚ-ANILZINHO	PA
0000.00.1628	RESERVA EXTRATIVISTA ITUXÍ	AM
0000.00.0243	RESERVA EXTRATIVISTA MAE GRANDE DE CURUÇA	PA
0000.00.0244	RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ	PA
0000.00.0227	RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ	PA
0000.00.3134	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CUINARANA	PA
0000.00.3133	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MESTRE LUCINDO	PA
0000.00.3132	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA	PA
0000.00.0235	RESERVA EXTRATIVISTA MÉDIO JURUÁ	AM
0000.00.1810	RESERVA EXTRATIVISTA RENASCEER	PA
0000.00.1518	RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI	AP
0000.11.0775	RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAUTÁRIO	RO
0000.00.0280	RESERVA EXTRATIVISTA RIO IRIRI	PA
0000.00.0256	RESERVA EXTRATIVISTA RIO OURO PRETO	RO
0000.11.0772	RESERVA EXTRATIVISTA RIO PACAÁS NOVOS	RO

Código CNUC	Unidade de Conservação	UF
0000.11.0777	RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ	RO
0000.00.1635	RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU	PA
0000.00.0257	RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE	AC
0000.00.0258	RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO	PA
0000.00.0228	RESERVA EXTRATIVISTA SÃO JOÃO DA PONTA	PA
0000.00.0259	RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS - ARAPIUNS	PA
0000.00.0282	RESERVA EXTRATIVISTA TERRA GRANDE PRACUUBA	PA
0000.00.0260	RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE	PA

A consultoria deve realizar um mapeamento das bases de dados disponíveis ou cujo acesso poderia ser obtido por meio de parcerias e que utilizam informações gerais de caracterização das comunidades e de suas atividades econômicas. Para as informações relevantes cujos acesso livre ou potencial de acesso não forem identificados no mapeamento, a consultoria deve propor metodologias e ferramentas de levantamento de dados básicos, distinguindo entre informações gerais de caracterização das comunidades e de suas atividades econômicas e necessidades de apoio e investimento a serem propiciadas pelo ARPA Comunidades.

Assim como a compilação dos dados disponíveis ou acessíveis por meio de parceria, o levantamento de dados básicos deve ser realizado para todas as 60 UCs, identificando e mobilizando fontes como as equipes gestoras das UCs, membros de seus conselhos, representantes de organizações comunitárias e organizações representativas e de apoio.

Devem ser considerados levantamentos já realizados no âmbito da preparação do ARPA Comunidades, além de outros dados secundários disponíveis.

Com base nesses levantamentos iniciais, a consultoria deve propor e aplicar metodologias de levantamento priorizando a obtenção de informações através da rede de conectividade à internet existente nas UCs. Adicionalmente, para fins de validação, calibragem da metodologia de coleta remota e complementação de informações, devem ser propostas e aplicadas metodologias e ferramentas para visitas presenciais em uma amostra representativa de UCs e comunidades (um Plano de Amostragem Remota de comunidades para 15 UCs), considerando critérios que foquem nos aportes adicionais à metodologia remota e no valor agregado que as visitas podem propiciar. Diferentes Estados, fitofisionomias, atividades econômicas, perfis de ocupação e diferentes formas de acesso, dentre outros parâmetros, devem ser considerados na seleção de UCs a serem visitadas.

Segue uma seleção indicativa das informações básicas mínimas que devem constar no levantamento, divididas em blocos, de acordo com a estrutura de subcomponentes prevista para o ARPA Comunidades. A consultoria deve analisar e avaliar a viabilidade

do levantamento das informações, propondo e testando metodologias e ferramentas remotas de acesso à informação, preferencialmente ligadas a redes de conectividade e aquisição de informações pré-existentes no universo de UCs apoiadas pelo Programa. Também devem ser mapeadas fontes preferenciais de acesso a informações (p.ex. gestores/as das UCs, membros de conselhos, representantes de organizações comunitárias ou de organizações representativas e de apoio, etc.).

Algumas das informações básicas mencionadas a seguir já são contempladas por outras ferramentas de levantamento e análise de parceiros, como o Cadastro de Empreendimentos Comunitários da Sociobioeconomia do MMA na Plataforma ECOA e o Sisfamílias do ICMBio. Assim, a consultoria deverá propor maneiras de integrar essas informações existentes, com o objetivo de reduzir a necessidade de os beneficiários preencherem múltiplas ferramentas com finalidades semelhantes. Vale destacar que tanto os mecanismos de integração entre essas ferramentas/sistemas quanto as formas de acesso do FUNBIO às informações devem também ser analisados e apresentados pela consultoria.

#### I. Informações básicas gerais sobre as comunidades (por UC)

- a. Número de comunidades localizadas dentro dos limites da UC;
- b. Número de comunidades localizadas no entorno da UC que utilizam os recursos da unidade;
- c. Número de habitantes por comunidade (desagregados por gênero e geração) (alternativamente: número de famílias e número médio de pessoas por família);
- d. Composição social das comunidades (especificação de povos e comunidades tradicionais);
- e. Localização das comunidades residentes e do entorno (pontos de GPS);
- f. Número de organizações comunitárias existentes na UC e no seu entorno (desagregação por comunidade e por finalidade);
- g. Formas de acesso às comunidades, considerando se o acesso é afetado pelos eventos climáticos extremos que têm ocorrido recentemente;
- h. Formas de representação e atuação das comunidades no conselho e em outras instâncias de participação da respectiva UC;
- i. Número de beneficiários do Bolsa Família (elegíveis e beneficiários);
- j. Número de beneficiários do Bolsa Verde (elegíveis e beneficiários);
- k. Número de beneficiários do Seguro Defeso (elegíveis e beneficiários);
- l. Número de beneficiários do Guardiões da Floresta (para UCs estaduais situadas no Amazonas) (elegíveis e beneficiários);
- m. Número de pessoas abaixo da linha da pobreza.

#### II. Informações básicas sobre atividades econômicas (por UC e comunidade)

- a. (por UC) Quais as 10 matérias-primas mais importantes coletadas dentro e fora da UC?
- b. (por comunidade) Quais as cinco principais fontes de renda da comunidade?
- c. (por comunidade) Estimativa de quanto essas fontes geram de receita e renda ao longo de um ano;

- d. (por comunidade) Estas fontes ocupam quantas famílias ao longo do ano?
- e. (por comunidade) Quais organizações produtivas se relacionam com a comunidade?

### III. Informações básicas sobre as organizações comunitárias

- a. Informações básicas referentes à formalização da organização (Nome, sigla, CNPJ, natureza jurídica, ano de formalização, existência e atividades de conselhos);
- b. Número de filiados (desagregados por gênero e geração);
- c. Número de cargos de direção e participação de mulheres e jovens;
- d. Existência de sede e equipamentos mínimos para o seu funcionamento (computadores, móveis de escritório, etc.);
- e. Nível de maturidade (distinguindo entre organizações de representação e produtivas, com atenção a sobreposições);
- f. Experiência com processos de planejamento e sua implementação (planos de vida, outros tipos de planejamento comunitário).

### IV. Informações básicas sobre atividades econômicas por organização produtiva\*

- a. Número de filiados ativos (p.ex. que comercializam via organização);
- b. Número de funcionários e/ou filiados que prestam serviços à organização;
- c. Origem da matéria prima (UC, entorno e/ou outros territórios);
- d. Produção e receita dos cinco principais produtos;
- e. Formas de processamento (in natura, processados, beneficiados);
- f. Infraestrutura de produção, processamento ou beneficiamento (equipamentos, veículos e barcos, unidades de processamento ou fábricas, galpões, acesso à energia, etc., incluindo localização dessa infraestrutura - UC, entorno e/ou outros territórios);
- g. Canais de comercialização acessados (mercados locais, públicos, indústria, varejo, exportação);
- h. Existência e tipos de certificações;
- i. Inscrição e status do CAF jurídico;
- j. Experiência com acesso a financiamento (Pronaf ou outros);
- k. Experiência com processos de planejamento e sua implementação (planos de negócios, planejamentos estratégicos, produtivos ou comerciais).

### V. Informações básicas sobre acesso à energia (por comunidade)

- a. Qual a fonte de energia disponível em cada comunidade (tipo, capacidade, etc.)? O atendimento é pela rede ou por sistema fotovoltaico?
- b. Quantas horas por dia há energia disponível?
- c. A energia atende a toda demanda da comunidade? Qual a diferença entre demanda e oferta?
- d. Há na comunidade demanda por energia para atividades econômicas? Quais? O Sigfi (Sistema de Geração de Energia Elétrica com Fontes Intermitentes) atenderia esta demanda?
- e. Como é feita a manutenção preventiva e corretiva?
- f. A comunidade tem estrutura para receber um curso online para manutenção de sistemas fotovoltaicos? Sala, TV, energia em ao menos parte do dia etc.

- g. Quantas residências, igrejas, escolas, postos de saúde, unidade de bombeamento de água e centros de produção existem na comunidade?
- h. A comunidade conta com quantos geradores funcionando? De quais tipos e potência? Ficam ligados em média quantas horas por semana?

#### VI. Informações básicas sobre acesso à internet (por comunidade)

- a. Há internet disponível na comunidade? De qual tipo?
- b. A internet atende a todos os moradores? Ou o acesso é restrito?
- c. Existe acesso à internet nas residências, ou apenas em locais públicos da comunidade, como igreja, escolas e associação de moradores?

Espera-se que a consultoria contratada avalie criticamente e proponha perguntas que complementem o entendimento do contratante sobre os temas aqui listados.

### 4. Etapas, Atividades e Produtos:

Para o desenvolvimento desta consultoria, são esperadas as etapas e os produtos indicados abaixo. As atividades que compõem cada etapa/produto também se encontram listadas.

Em cada etapa deverá ser prevista a realização de ao menos uma reunião para atualização da contratante quanto ao andamento do trabalho e dos produtos. Esta reunião deverá ter duração aproximada de 2 horas e poderá ser realizada de forma remota;

#### **Etapas 1 – Plano de trabalho**

Descrição das etapas, identificando principais fontes públicas de dados a serem analisadas e outras que poderiam ser acessadas por meio de parcerias. Identificação de redes de conectividade que podem servir de plataforma para aplicação da coleta remota de dados.

Elaboração de cronograma de atividades que serão realizadas ao longo da consultoria.

#### Produto 1: Plano de trabalho

#### **Etapas 2 – Levantamento de dados básicos já disponíveis**

- Consulta de dados secundários disponíveis na internet, em órgãos públicos ou em bases de dados já levantadas pelo FUNBIO. Poderá ser necessário acessar conteúdos por meio de petições aos órgãos públicos baseadas na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011);

- Contextualização e análise crítica das informações já disponíveis, identificando o conjunto das informações básicas aptas a serem levantadas para a totalidade das UCs, comunidades, organizações e empreendimentos comunitários;
- Compilação e teste da metodologia de levantamento de informações objetivo deste TdR. A metodologia deve ser remota e deve considerar:
  - a. A proposição de estratégias de divulgação do processo de levantamento dentre o público alvo e de levantamento remoto das informações básicas, incluindo a realização de entrevistas com atores diversos, em parte indicados pela contratante.
  - b. Deve ser analisada a possibilidade/viabilidade de integração/unificação da metodologia de levantamento remoto com ferramentas/sistemas já existentes (ex. Cadastro de Empreendimentos Comunitários da Sociobioeconomia do MMA, Plataforma ECOA e a Plataforma Sisfamílias do ICMBio), visando reduzir a necessidade de os beneficiários preencherem múltiplas ferramentas, desde que seja mantida a facilidade de acesso às informações pelo Programa;
  - c. Incorporação, nas metodologias de coleta e análise dos dados, de aprendizados de outras ferramentas de levantamento de dados, a exemplo dos sistemas mencionados no item acima;
  - d. Identificação de informações que demandam assessoria presencial para uma coleta efetiva.
  - e. A metodologia de coleta de dados básicos deverá passar por fase de contribuições com a contratante e parceiros do Programa.
- Apresentação de proposta de banco de dados de informações que serão coletadas sobre populações/comunidades residentes nas UCs de uso sustentável do ARPA, em alinhamento com os temas contemplados por esta contratação. O banco deverá prever a inclusão de dados secundários, dados já coletados previamente pelo ARPA e ARPA Comunidades, além das informações que serão coletadas através dos novos levantamentos.
- O banco de dados deverá ser disponibilizado à contratante e sua modelagem e arquitetura devem considerar a possibilidade de diferentes níveis de acesso às informações nele armazenadas. Caso a consultoria avalie que é viável integrar a metodologia de levantamento remoto às ferramentas e sistemas já existentes (Plataforma ECOA), o banco de dados deve refletir esta integração, prevendo o armazenamento das informações em diferentes domínios, bem como os respectivos mecanismos de acesso.

Produto 2: Relatório contendo a análise crítica da informação já existente, a proposição da metodologia de coleta de dados e o desenho inicial do banco de dados.

Observação: Caso necessário, contratante e contratada poderão alterar a ordem de entrega da proposta do banco de dados, colocando-a por exemplo após o levantamento do conjunto de informações definidas para serem levantadas. Ainda assim,



considerações quanto ao formato dos dados que integrarão a base e categorias de acesso a eles deverão ser tomadas ao longo de todas as etapas a seguir.

### **Etapas 3 – Preparação do levantamento de informações básicas**

- Validação junto ao contratante, das metodologias e das ferramentas de coleta de informações;
- Elaboração e validação junto a contratante, de um Plano de Amostragem Remota contendo a rede amostral envolvendo as 60 UCs do Programa, considerando a metodologia aprovada e a priorização das UCs de acordo com análise de dados preliminares, rede de acesso à internet, contemplando também uma proposta de execução nas UCs que ainda receberão conectividade num horizonte de dois anos.
- Montagem, teste das ferramentas de coleta/questionários e treinamento da equipe que fará a coleta de dados;
- Eventuais ajustes no cronograma de atividades que serão realizadas ao longo da consultoria.

Produto 3: Relatório das atividades previstas da Etapa 3, juntamente com o Plano de Amostragem Remota.

### **Etapas 4 – Realização do levantamento e da análise das informações básicas**

- Realização dos levantamentos junto às 60 UCs que serão atendidas pelo ARPA Comunidades, de acordo com Plano de Amostragem Remota aprovado;
- Processamento dos questionários, incluindo correção de inconsistências;

Produto 4: Relatório descrevendo as atividades realizadas e a análise de dados obtidos.

### **Etapas 5 – Proposição e preparação da etapa de levantamentos presenciais**

- Desenvolvimento da metodologia de coleta presencial dos dados, com foco na validação e aprofundamento das informações básicas a partir das demandas de investimento do ARPA Comunidades e considerando critérios de representatividade, contemplando p.ex. presença nos núcleos de sociobioeconomia do MMA, diferentes estados, atividades econômicas, perfis de ocupação e diferentes formas de acesso, dentre outros parâmetros;
- Validação da metodologia e das ferramentas junto ao contratante e definição de quantas UCs serão amostradas e do conjunto final de informações que serão levantadas em campo;
- Seleção das UCs que serão visitadas, contemplando a diversidade definida no nivelamento apresentado no produto 3;

- Obtenção de autorização para acesso às UCs selecionadas;
- Montagem e treinamento da equipe que fará a coleta de dados;
- Elaboração de cronograma de atividades de campo que serão realizadas.

Produto 5: Relatório apresentando a metodologia para coleta presencial de informações e o cronograma de atividades de campo.

#### **Etapla 6 – Realização dos levantamentos presenciais**

- Realização dos levantamentos presenciais;
- Análise dos dados coletados presencialmente e da correspondência entre dados obtidos remotamente e de fontes secundárias e aqueles obtidos de forma presencial;

Produto 6: Relatório das atividades de campo com as análises dos dados coletados presencialmente.

#### **Etapla 7 – Elaboração do Relatório final**

- Compilação de todas as informações levantadas ao longo da consultoria, constituindo o banco de dados que deverá ser entregue à contratante;
- Elaboração de relatório final contendo o panorama de todas as perguntas e temas indicados no Item 3 deste Termo de Referência e no Produto 2;
- Desenvolvimento de recomendações de ações para melhoria da situação observada nos temas abordados nesta consultoria;
- Proposta de priorização dos investimentos do Programa, com base nos resultados obtidos das etapas anteriores.

Produto 7: Relatório de análise sobre as 60 UCs de uso sustentável apoiadas pelo ARPA e priorização da alocação dos investimentos e banco de dados completo disponível para a contratante.

## **5. Cronograma e pagamento**

A tabela abaixo apresenta os prazos para submissão dos produtos descritos no item 3, bem como o percentual do valor do contrato a ser pago mediante a aprovação de cada produto. A aprovação dos produtos se dará em um prazo máximo de 10 dias a partir do recebimento dos produtos e do saneamento, pelo(a) consultor(a), de quaisquer dúvidas que o contratante tenha.

Entrega	Data em dias corridos após a assinatura do contrato	Percentual de pagamento
Produto 01	15	5%
Produto 02	60	20%
Produto 03	80	10%
Produto 04	120	10%
Produto 05	140	20%
Produto 06	200	10%
Produto 07	220	25%

Este contrato terá duração de 365 dias corridos. Caso os produtos sejam entregues e aprovados antes do prazo previsto acima, o pagamento poderá ser antecipado, bem como o final da consultoria.

Os produtos 5, 6 e 7 poderão ser feitos em paralelo. Caso os produtos sejam entregues e aprovados antes do prazo previsto acima, o pagamento poderá ser antecipado, bem como o final da consultoria.

Serão deduzidos no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

A organização contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para [contratos@funbio.org.br](mailto:contratos@funbio.org.br)), devidamente aprovados pela equipe indicada pelo Funbio. Deverão ser enviadas cópias para os pontos focais do Programa, cujos endereços eletrônicos serão fornecidos após a contratação.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (quando CNPJ: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento - TR (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

## 6. Insumos e obrigações das partes

O FUNBIO disponibilizará todos os documentos relevantes para a contextualização do(a) contratada acerca do Programa, além dos contatos necessários para a mobilização de parceiros diversos, como gestores de UCs, servidores de ministérios e profissionais de outras organizações que atuam nesta agenda junto ao FUNBIO.

Cabe ainda ao contratante buscar a interlocução com o poder público a fim de que a contratada possa entrar nas Unidades de Conservação.

O FUNBIO também será responsável pela avaliação e aprovação dos produtos.

A contratada deverá dispor de computador, softwares (incluindo ferramentas de Sistemas de Informações Georreferenciadas), espaço físico e demais recursos próprios para a execução dos produtos.

Todas as atividades de campo deverão ser custeadas pela contratada. Caso o FUNBIO ou outra instituição parceira venha a participar das atividades de campo, a contratada não será onerada em seus custos de campo pela participação de funcionários destas organizações.

Estão previstas reuniões virtuais para a apresentação dos produtos e para o alinhamento entre as partes, em um máximo de 2 reuniões por produto com até 3 horas de duração cada. A contratada deve dispor de meios para participação de reuniões virtuais.

A organização contratada deverá manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo de seleção, em especial a equipe de técnicos. Admite-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo contratante.

Também cabe à contratada comunicar ao contratante a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

Por fim, a contratada deverá manter suas equipes, quando nas dependências da UC beneficiária, devidamente identificadas com crachá subscrito pela contratada, no qual deverá constar, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia. Deverá também adotar protocolos de segurança sanitária, sobretudo quanto à disseminação do COVID e outras doenças transmissíveis e quanto aos grupos de risco, como as gestantes.

Para além das obrigações cima, a contratante exigirá que a contratada cumpra ainda as solicitações abaixo:

- Promover ambiente de trabalho deve ser livre de assédio moral e sexual;
- Promover ambiente de trabalho deve ser livre de preconceito contra minorias;
- Assegurar que a carga horária legalmente estabelecida seja respeitada;
- Promover pagamento equivalente para homens e mulheres;
- Desenvolver treinamento para que a equipe de campo seja capacitada sobre assédio e gênero;
- Proibir Trabalho Infantil.

## 7. Outras informações

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do FUNBIO, enquanto contratante.

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos resultantes deste contrato terão os direitos patrimoniais revertidos para o FUNBIO, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização dos mesmos, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações produzidas por consultoria, deverá ser solicitada autorização prévia do FUNBIO.

## 8. Forma de Apresentação

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente. Todos os documentos deverão estar em linguagem compatível com o público integrante do conselho gestor da UC.

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

Todos os produtos deverão ser apresentados em formato docx e/ou excel. Apresentações devem ser feitas em formato pptx. No caso de mapas, os formatos em *shapefile* também deverão ser entregues ao Funbio. Estes arquivos deverão ser compatíveis com o programa QGIS.

Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse status.

A entrega dos arquivos deverá ser feita de forma virtual, via e-mail ou por meio de serviços de hospedagem online, cuja responsabilidade é da contratada. Não será necessário imprimir nenhum dos produtos, a não ser que o(a) contratado(a) entenda como necessária alguma impressão, como por exemplo para uso durante a oficina.

## 9. Qualificação

A escolha da organização que executará este TdR se dará com base em: (a) Análise de trabalhos realizados pela organização; (b) Análise de currículo da equipe que executará este TDR, se contratada; (c) Análise da proposta enviada pela empresa; (d) Avaliação do preço ofertado.

**(a) Experiência da organização:** A organização deverá apresentar experiência prévia na realização de levantamentos de dados no interior da Amazônia. Cada experiência será avaliada em relação à magnitude e à similaridade com o escopo deste TDR. Assim, é importante que as experiências sejam bem detalhadas a fim de que a avaliação possa ser feita.

A experiência da pessoa jurídica será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da licitante, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas.

**(b) Equipe:** A contratada deverá dispor de equipe composta minimamente pelos seguintes profissionais:

- 01 Coordenador;
- 02 Analistas;
- 02 Assistentes.

Todos os profissionais deverão ter nível superior em áreas como economia, ciências sociais, estatística, ciências atuariais e geografia. A área de graduação será objeto de análise e pontuação, conforme aderência ao escopo deste TDR. Títulos de mestrado e doutorado conferirão pontuação adicional à equipe.

A contratada será responsável pela contratação de pessoal e logística do levantamento presencial de dados nas UCs, sendo desejável a contratação de mão de obra local, quando for possível.

Caberá ao Coordenador conduzir o processo de planejamento e execução dos trabalhos deste TdR junto à sua equipe, representar a Contratada nas reuniões e contatos junto ao FUNBIO, a condução das atividades e a consolidação e entrega dos produtos exigidos dentro dos prazos contratuais.

Os demais profissionais terão como propósito assessorar o Coordenador na elaboração dos produtos contratados, atuando no levantamento e análise de informações e dados relacionados ao escopo desta contratação. Espera-se que haja um trabalho robusto de desenho amostral e, em um segundo momento, de tratamento de dados. Assim, é recomendável que a equipe de apoio ao Coordenador tenha experiência com estes temas.

A qualificação e a experiência dos profissionais serão comprovadas por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, relatórios, currículos, diplomas de graduação e pós-graduação, certificados ou documentos similares.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

As experiências da equipe que se relacionem com este TDR deverão ser descritas, permitindo assim sua avaliação de forma qualitativa e quantitativa. Serão avaliadas em função dos seguintes tópicos: a) Levantamento de dados com populações rurais na Amazônia; b) Levantamento de dados sobre sociobioeconomia na Amazônia; c) Processamento de dados demográficos de populações rurais. Será necessário descrever minimamente as experiências para que a banca avaliadora consiga compará-las com as atividades previstas neste TDR.

A equipe indicada acima é a mínima necessária. A organização proponente deverá indicar o total de profissionais que pretende empregar e seus perfis de formação e experiência. Espera-se, por exemplo, que seja contratada uma equipe de campo que fará o levantamento nas comunidades. Os profissionais que irão a campo não estão contidos na lista acima disposta, e assim, não serão avaliados durante este processo seletivo.

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar currículo conforme modelo disponível na Carta Convite. A equipe técnica indicada na candidatura deverá estar presente em todas as etapas desta consultoria. Caso seja necessário substituir um dos integrantes, a mudança deverá ser aprovada pela contratante.

**(c) Proposta:** A proposta técnica deverá ser condizente com as atividades e objetivos descritos neste TDR. Deverá também ser exequível e organizada, facilitando sua compreensão.

**(d) Preço:** Receberá a maior pontuação a empresa que ofertar o menor preço, comparada às propostas das organizações concorrentes.

**(e) Apresentação Técnica:** Será realizada uma apresentação da Proposição Técnica pelo proponente, em data a ser definida, para a comissão de avaliação técnica, com o objetivo de aprimorar o entendimento. A participação é obrigatória.

## 10. Supervisão

Esta consultoria será supervisionada pela Gerência do ARPA Comunidades no FUNBIO.

Atenção: Eventuais dúvidas sobre este Termo de Referência deverão direcionadas para o FUNBIO, conforme endereço eletrônico disponibilizado no site da instituição onde este processo seletivo foi publicado. Contatos diretos com os responsáveis indicados acima

ou com parceiros dos estados beneficiados poderão levar à eliminação da organização candidata.

## 11. Confidencialidade

Os resultados desta consultoria, incluindo notas, reuniões, relatórios (finais ou rascunhos) e produtos são confidenciais e não poderão ser distribuídos sem a autorização prévia e expressa do Funbio. Além disso, a publicação do todo ou parte deste material pelo Funbio e seus parceiros não pode ser considerada como uma autorização implícita de distribuição deste conteúdo.